



EDITAL

Engº. Luís Simão Duarte de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Mora, torna público, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 56º. da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que na sua reunião ordinária de 27 de Julho de 2016, foram, pela Câmara Municipal de Mora ou pelos Titulares do respectivo Órgão, tomadas as seguintes deliberações e decisões:

Deliberações:

Câmara Municipal:

VISTORIAS: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a informação n.º 35/2016, emitida pelo serviço de fiscalização referente a edifícios em estado de degradação, sítios na Rua de S. Pedro n.º. 31, 39 e 43, em Mora, propriedade de **José Nunes Filipe e Nelson Pinto Filipe, Sociedade Unipessoal, Lda.**, de forma a dar seguimento à vistoria proposta.

ADCM - NÚCLEO DE FOLCLORE GRUPO FOLCLÓRICO E ETNOGRÁFICO DA REGIÃO DA RIBEIRA DA RAIA - MORA - PROPOSTA DE SUBSÍDIO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder um subsídio de 750€ para o **Grupo Folclórico e Etnográfico da Região da Ribeira da Raia - Mora** destinado a custear parte das despesas com o plano de actividades para 2016 ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor.

DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE: Presentes os seguintes **despachos** do Senhor Presidente:

Em que determinou após a análise das disposições legais em vigor, informa que.

1 - O artigo 15º da LGTFP (Lei nº 315/2014), no seu n.º 2, refere, que "Sem prejuízo de outras disposições legais, a falta por motivo de doença devidamente comprovada determina:

a) A perda da totalidade da remuneração diária nos primeiro, segundo e terceiro dias de incapacidade temporária, nas situações de faltas seguidas ou interpoladas;

b) A perda de 10% da remuneração diária, a partir do quarto dia e até ao trigésimo dia de incapacidade temporária.

2 - O n.º 3 do mesmo artigo diz, "A contagem dos períodos de três e 27 dias a que se referem, respetivamente, as alíneas a) e b) do número anterior é interrompida sempre que se verifique a retoma da prestação de trabalho".

3 - Depois o n.º 4 do mesmo artigo 15º acresce, que "A aplicação da alínea b) do n.º 2 depende da prévia ocorrência de três dias sucessivos e não interpolados de faltas por incapacidade temporária nos termos da alínea a) do mesmo número".

4 - O n.º 5 do artigo 15º citado refere, no entanto, que: "- A falta por motivo de doença nas situações a que se refere a alínea a) do n.º 2 não implica a perda da remuneração base diária nos casos de internamento hospitalar, faltas por motivo de cirurgia ambulatória, doença por tuberculose e doença com início no decurso do período de atribuição do subsídio parental que ultrapasse o termo deste período".

Assim, usando dos poderes que lhe confere a alínea a), do nº2, do artigo 35 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, determina que, para os devidos efeitos:

1. Da leitura conjugada das disposições supra mencionadas, resulta que se o episódio de doença for o mesmo o que originou o internamento e as sucessivas e ininterruptas faltas por doença, os dias que correspondem ao internamento não implicam quaisquer descontos, os dias posteriores ao internamento (se forem sujeitos a atestado/baixa médica), serão descontados na totalidade se forem dentro dos três primeiros dias (a contar desde a data de internamento) ou serão descon-



tados 10% da remuneração diária se forem após os três primeiros dias (a contar desde a data de internamento)

- **Em que determinou** que seja atribuído o suplemento remuneratório de turno ao trabalhador **João Paulo Mira Pinto**, correspondente a 22%, dando cumprimento ao estipulado na alínea a) do nº. 2 do artigo 161º. Da Lei 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, por este se encontrar a exercer funções nas Piscinas Municipais.

Mais determinou, que o referido suplemento remuneratório tenha efeitos retroativos a 10 de Junho de 2016, data da abertura da época balnear.

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento dos despachos dados pelo **Senhor Presidente**.

PROTOCOLO COM A DECO: Presente agendamento da **Senhora Vereadora Mafalda Lopes** em que considerando o objectivo da **Câmara Municipal de Mora** em disponibilizar serviços e meios que visem a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, propõe a **criação de um gabinete de apoio ao consumidor**, em colaboração com a **DECO**, de acordo com o Protocolo que se anexa, solicitando-se a aprovação do mesmo.

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e **deliberou por unanimidade** a aprovação do referido protocolo.

ÇÃO DO BAR "CAFELÍTICO": A **Câmara Municipal** **deliberou por unanimidade** **abrir** concurso para a **Exploração do Bar da Estação "Cafelítico"**, bem como a aprovar do respectivo **caderno de encargos**.

Mais deliberou por unanimidade que o **júri** do presente Concurso seja constituído por todo o **executivo da Câmara Municipal**, **Presidente Luís Simão Duarte de Matos e Vereadores Marco Filipe Barreiros Pires, João Filipe Chaveiro Libório, Hugo de Sousa Marques Carreiras e Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes**.

PROPOSTA DE ESTÁGIO CURRICULAR - EPRAL: A **Câmara Municipal** **deliberou por unanimidade** **aprovar** o pedido de **Estágio Curricular** apresentado **pela EPRAL - Escola Profissional da Região Alentejo**, na área de "Técnico de Construção Civil (3º ano) - Nível 4 - 12º ano" para o formando **Ricardo Silvestre**, residente em Mora, mediante a assinatura da Proposta de Parceria, em anexo à presente informação, a celebrar entre as duas entidades.

O referido estágio não apresenta qualquer encargo para a autarquia.

PARA CONHECIMENTO GERAL SE PUBLICA O PRESENTE E OUTROS DE IGUAL TEOR QUE VÃO SER AFIXADOS

ABERTURA DE CONCURSO PARA A EXPLORA-

Mora, 01 de Agosto de 2016

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mora

Marco Filipe Barreiros Pires